

RELAÇÕES ÁFRICA-BRASIL: O QUE SERIA?

AFRICA-BRAZIL RELATIONS: WHAT ARE THEY AFTER ALL?

Kabengele Munanga¹

Resumo: As relações entre o continente africano e o Brasil datam do tráfico humano no início do século XVI. Uma numerosa mão de obra e notáveis aportes culturais africanos devidos ao tráfico modificaram sem dúvida o universo sócio-político, econômico e cultural do Brasil colonial que engendrou o Brasil de hoje. Com o fim do tráfico e a ocupação colonial do continente, o Brasil e a África se distanciaram fisicamente. A partir da libertação dos países africanos do jugo colonial, inaugura-se nos anos 60, uma nova era das relações África-Brasil. O que seriam essas novas relações em termos de conteúdo? Seriam apenas relações diplomáticas encobrendo as relações de trocas econômicas e comerciais ou teriam algo específico que as diferenciam das relações com os antigos países colonizadores? Apesar dos interesses econômicos e comerciais que caracterizam o mundo globalizado, percebe-se um sentimento de solidariedade desde os primeiros ensaios da política externa do Brasil para África e sua intensificação quantitativa e qualitativa durante o governo Lula. Os acordos de cooperação cultural e universitária através dos programas de bolsas de estudos para graduação e pós-graduação e a criação da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), oferecem exemplos de uma nova abordagem das relações de solidariedade entre o Brasil e os países africanos. Um outro incentivo vem reforçar essas relações no contexto da educação brasileira que desde a promulgação da Lei 10.639/03 obriga o ensino da história e das realidades africanas na escola brasileira.

Palavras-chave: África, Brasil, tráfico, escravidão, diplomacia, cooperação, solidariedade, identidade.

Abstract: The connection between the African continent and Brazil times from human traffic at the beginning of 16th century. A great number of manpower, along with remarkable cultural contribution, due to human trafficking, unquestionably modified social political, economic and cultural background of a then colonial Brazil, which engendered what Brazil is now. When human trafficking and the colonial occupation of the continent occurred, Brazil and Africa became physically distant. As from the liberation of African countries from colonial ownership, a new era of Africa-Brazil relations takes place during the 1960s. What would these relations be in terms of content? Would they be exclusively diplomatic, covering economic and commercial trades, or would they have anything in particular to make them different from the old colonial relationships? Despite commercial and economic interests, which characterize the globalized world, a solidarity sentiment is noted ever since Brazil's first steps in regards to foreign policy towards Africa, as long as

¹Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil), professor visitante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cachoeira, BA, Brasil). kabe@usp.br

its quantitative and qualitative intensification during Lula's government. Cultural and university cooperation agreements made through graduate and postgraduate scholarships and the foundation of the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB, in the Portuguese acronym) are examples of a new approach when it comes to solidarity relations between Brazil and African countries. Another encouragement comes to emphasize these relationships in terms of Brazilian education: the law 10.639/03, which obligates the teaching of African realities and history throughout Brazilian schools.

Keywords: Africa, Brazil, traffic, slavery, diplomacy, cooperation, solidarity, identity.

Introdução

A dinâmica do Brasil de hoje e seu envolvimento com o processo de construção de uma identidade nacional inclusiva exige cada vez mais aproximação com o continente africano e seus povos. A história do Brasil como país e povo não pode continuar a rechaçar a memória da escravidão e sua contribuição na formação do povo brasileiro, na construção de sua economia colonial e no enriquecimento de sua diversidade cultural. Foi, aliás, através do tráfico humano que o Brasil iniciou suas relações comerciais internacionais com esse continente, embora tivesse acontecido num contexto cujo fardo negativo ainda não saiu completamente dos ombros dos descendentes de escravizados. No atual contexto dominado pela globalização da economia e dos mercados, o Brasil, como os demais países do mundo, volta a atenção para a África, para as suas riquezas naturais e possibilidades de desenvolver relações de trocas econômicas frutuosas. Ninguém acredita nas relações totalmente desinteressadas, pois todas são sempre imbuídas de cálculos políticos e econômicos, mesmo para aqueles que se autoconvidam sob o signo da solidariedade humana internacional.

A questão interessante a ser colocada é saber se o Brasil poderia, mesmo munido de interesses econômicos e comerciais, entrar diferentemente na África, isto é, diferente dos chineses, coreanos, japoneses e europeus. Esses, na verdade, nunca saíram da África desde que participaram da partilha do continente na Conferência de Berlim (1884-1885). Cremos que sim, tendo em vista a África existente dentro do Brasil. Essa África que foi transportada de maneira trágica, mas que participou através de seus descendentes de ontem e de hoje na construção do Brasil em diversos sentidos. Em outros termos, as relações

África-Brasil deveriam ser imbuídas de uma sólida base de solidariedade humana cujas profundas raízes históricas são inegáveis. Costuma-se dizer que ninguém vai salvar a África se ela não contar em primeiro lugar com suas próprias forças, porém, uma verdadeira solidariedade, pouco importa de onde vem, será sempre uma boa gota d'água a mais nas águas profundas do imenso continente. Como diz um provérbio africano: “enquanto os leões não tiverem seus historiadores, a história da caça será sempre contada pelos vangloriosos caçadores”. Por isso, penso que as relações África-Brasil deveriam partir desse cimento histórico-cultural que os chineses, coreanos, japoneses e europeus em geral não possuem com o continente. Hipoteticamente o Brasil não entraria na África com a prepotência e o complexo de superioridade do antigo colonizador, o mesmo que colonizou o Brasil. Se entrar com o complexo de superioridade “branca” que permeia nossas relações pessoais e institucionais, isto será danoso. Creio que os africanos que derrotaram o *apartheid* não aceitarão esse tipo de atitude.

Os países imperialistas do Ocidente possuem os melhores centros de pesquisa sobre a África, melhores bibliotecas e quantitativamente bons pesquisadores que o Brasil, infelizmente, ainda não alcançou. Contratar um professor para ensinar a história da África em nossas universidades já é uma grande dificuldade. Imaginem o resto! Os países ocidentais têm tudo isso, não tanto pelo amor pela África. Isso faz parte das estratégias de dominação, pois para melhor dominar o outro, a primeira coisa é conhecer suas potencialidades e fraquezas, defeitos e qualidades. Não creio que o Brasil entraria na África com intenções imperialistas ou neocolonialistas, mas sim por interesses econômicos e comerciais. Mesmo assim, o Brasil precisa também melhor conhecer a África. Há uma demanda interna dos afrodescendentes e de brasileiros de outras ascendências que precisam conhecer bem a África para aperfeiçoar o processo de construção de sua nacionalidade e sua identidade plural. As leis 10.639/03 e 11.645/08 e a lei das cotas e outras modalidades de políticas afirmativas são provas dessa demanda.

Finalmente, que tipo de relações o Brasil precisa desenvolver com a África? Esta pergunta remete a uma evidência: não podemos desenvolver relações com um continente que não conhecemos ou não conhecemos bem.

As relações entre o Brasil e a África podem ser desenhadas e configuradas em

diversos contextos históricos: o contexto do tráfico humano e da escravidão, o contexto colonial, o contexto pós-colonial e das independências africanas e o contexto atual. Em cada um desses contextos, essas relações tomaram rumos e significados diferentes em termos econômicos, políticos, culturais e psicológicos. Esses contextos tiveram também desdobramentos no que diz respeito aos estudos e pesquisas brasileiras sobre a África.

Entendemos por relações entre países não somente as relações entre Estados, mas também as relações econômicas internacionais como as trocas comerciais, os movimentos de capitais, as migrações das pessoas como mão de obra, etc. Neste sentido, o continente africano se relaciona com o resto do mundo, árabe, europeu e asiático desde os tráficos árabe e transatlântico, o Brasil incluído. As relações econômicas internacionais podem se situar em diversos níveis e tomar formas diferentes. Por um lado, elas podem se realizar entre os Estados, como, por exemplo, quando um Estado define sua política alfandegária. Por outro lado, as relações podem se estabelecer a título individual, como, por exemplo, um prestador de fundos a uma empresa estrangeira ou um trabalhador imigrado que vive num outro país, ou ainda a título de grupos de interesses como os banqueiros ou os indivíduos que decidem investir num país estrangeiro. Diferentes das relações diplomáticas que se estabelecem necessariamente entre estados, as relações econômicas, embora atreladas às condições políticas entre estados, podem ocorrer sem ficar totalmente presas aos limites políticos.

Os intercâmbios econômicos internacionais se referem resumidamente a três domínios:

- 1) os intercâmbios humanos, migrações de populações a curto ou longo termo, com a finalidade de ganhos profissionais, de melhores condições de conhecimentos tecnológicos, dos contatos turísticos, etc.;
- 2) os intercâmbios de mercadorias, que se encontram facilmente contabilizadas nas balanças comerciais dos estados através de importações e exportações;
- 3) os movimentos dos capitais, a curto ou longo termo, tomando aspectos diferentes como aplicações em fundos públicos, aplicações em bolsas ou os investimentos diretos. (GIRAULT, 1979, p. 23-25).

Nas relações que se estabeleceram entre a África e o mundo através do tráfico humano, houve certamente uma deportação das populações africanas para o mundo árabe e asiático e para as colônias europeias nas Américas, para abastecê-los de uma mão de obra

escravizada necessária ao desenvolvimento das regiões envolvidas. Embora não se trate de migrações voluntárias das populações com a finalidade de ganhos profissionais ou de melhorias de condições de vida, houve sem dúvida uma transferência de mão de obra dos países africanos para outros países ou estados, às vezes acompanhada de transferência de tecnologia, como por exemplo, a tecnologia trazida pelos escravizados africanos no campo da mineração e das agriculturas nas Américas, ou mesmo o conhecimento das plantas e ervas medicinais. Do meu ponto de vista, temos aqui um caso *sui generis* das relações econômicas internacionais envolvendo a força humana de trabalho na época em que os seres humanos executavam as pesadas tarefas hoje reservadas às máquinas. Afinal, o que era o tráfico negreiro?

Certamente um intercâmbio de mercadorias humanas africanas contra mercadorias da manufatura ocidental, num complexo de relações envolvendo a violência física e simbólica como a desumanização do ser africano. Os Estados africanos pré-coloniais através de seus reis, príncipes e imperadores participaram do tráfico não necessariamente com base nas relações diplomáticas entre Estados, mas sim como cúmplices e intermediários dos traficantes árabes e ocidentais. Tiveram lucros e acumularam riquezas para o fortalecimento de seus estados em conflitos contra outros em busca da mercadoria humana, é uma realidade hoje indiscutível e incontestável diante das testemunhas históricas. Aliás, bem antes do tráfico nos séculos XIV e XV as relações mercantilistas já existiam entre o mundo árabe, ocidental e a África Subsaariana. As caravanas árabes atravessavam o Saara, rumo comercial que levava os mercadores árabes aos mercados da África, aos países da África ocidental por eles conhecidos como Sudão (país de negros) para vender suas mercadorias (sal e outros) e comprar produtos africanos (ouro, marfim, etc.). O oceano Índico constituía uma outra rota oriental. Os contatos eram tão intensos que deixaram notáveis aportes árabes na língua *suáli*. Os comerciantes portugueses, espanhóis, holandeses e outros contornavam a costa atlântica africana a Caminho das Índias, trocando mercadorias africanas (ouro, marfim, panos da costa, plumas de avestruz, óleo de dendê, etc.) por mercadorias ocidentais. Infelizmente, essas trocas mercantilistas no sentido material e envolvendo as mercadorias humanas não foram objetos de balanças comerciais como as temos hoje. Se fossem, teríamos estatisticamente uma ideia nítida de sua

importância nas relações comerciais internacionais entre a África e o resto do mundo antes da colonização.

Relações entre o Brasil e a África no contexto colonial escravista e suas consequências

As relações entre o Brasil e as regiões da África datam historicamente do tráfico humano. Lembrar-se-ia que todos os africanos deportados para o Brasil através da rota transatlântica a partir do fim do século XV e início do século XVI são oriundos geograficamente de três áreas: África ocidental, de onde foram deportados homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo verde; África Central, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Angola, República do Congo, República Democrática do Congo, Camarões, Gabão, República Centro-Africana; África Austral, envolvendo povos do atual Moçambique.

Do lado africano, as consequências do tráfico foram nefastas, apesar dos lucros embolsados por alguns reis e chefes, pois resultaram em perdas enormes das vidas humanas e em perdas de populações enquanto força de trabalho e fator econômico de desenvolvimento.

A diáspora negra no Brasil foi numericamente a mais importante de todas as diásporas africanas nas Américas, pois de todos os países do continente americano, foi o país que recebeu, numericamente, o contingente mais importante dos escravizados africanos entre os séculos XVI e XIX. De todos os negros de África deportados para as Américas, 30% a 40% tiveram o Brasil como destinação. Entre os séculos XVII e XVIII, os negros africanos e seus descendentes mestiços chegaram a representar quase 70% da população, tão grande era o volume do tráfico. Hoje, negros e mestiços representam quase a metade da população brasileira, ou seja, cerca de 90 milhões de brasileiros. Eles participaram de modo significativo no povoamento do país, na formação étnica de sua população, na construção da economia colonial e da identidade cultural desse país. *Grosso modo*, diria que os aportes ou contribuições dos africanos e seus descendentes são de quatro ordens: econômica, demográfica, cultural e política.

No plano econômico, os negros serviram como força de trabalho, fornecendo a mão de obra necessária às lavouras de cana de açúcar, algodão, café e mineração. Uma mão de obra escravizada tratada de maneira desumana e em condições de vida muito precárias. Foi graças a esse trabalho gratuito do negro escravizado que foram produzidas as riquezas que ajudaram na construção da base econômica do país.

No plano demográfico, os africanos ajudaram no povoamento do Brasil, de tão intenso era o volume do tráfico negreiro. A título de exemplo, a evolução demográfica, segundo alguns autores, mostra que, até 1830, os negros constituíam 63% da população total, os brancos 16% e os mestiços 21%. Ou seja, negros e mestiços somavam 84% da população total. A partir de 1850, data da abolição do tráfico negreiro, acompanhada pela extinção formal da escravatura em 1888, a população negra começou a decrescer sensivelmente, por causa das más condições de vida enquanto aumentava paralelamente o contingente de imigrantes europeus e outros (Mourão, Fernando:1977).

No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa do Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, dança, música, arquitetura, etc. No plano da língua, os africanos introduziram um vocabulário desconhecido no português original e que faz hoje parte do falar brasileiro. Muitas palavras das línguas africanas são cotidianamente utilizadas pelos brasileiros, sem consciência de que são palavras africanas aportuguesadas. Alguns exemplos: acarajé, afoxé, agogô, angu, axé, bagunça, balangandã, bimba, banzo, berimbau, bobó, bunda, caçamba, cacimba, caçula, cafuné, candomblé, capanga, caruru, catinga, cuíca, dendê, fubá, ginga, marimondo, mocambo, mungunzá, moqueca, orixá, oxalá, quenga, quiabo, quitanda, sacana, samba, senzala, soba, sunga, tanga, vatapá, vodum, xereca, xoxota, zabumba, zumbi, etc. (Ver a respeito o Livro de Yeda Pessoa de Castro *Falares Africanos na Bahia*, 2001). No que diz respeito à religiosidade, os africanos legaram ao Brasil algumas de suas religiões populares tais como o candomblé, umbanda e macumba, que fazem parte do patrimônio religioso brasileiro. Na arte, eles deixaram suas marcas nas fias de madeira, nos objetos de ferro, nos instrumentos musicais como os tambores, a cuíca, o berimbau. Na mineração introduziram a bateia. Na música e na dança os congados, coco, jongo, maculelê, maracatu, bumba meu boi, destacando-se o samba, um dos gêneros musicais populares

mais conhecidos que constitui uma das facetas da identidade brasileira. Na arquitetura, deixaram o mocambo, ainda vivo no nordeste do Brasil e em alguns isolados rurais.

No plano da resistência política, destaca-se a formação dos quilombos. De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, foram levantadas cerca de 743 comunidades remanescentes de quilombo em todo o Brasil. No entanto, o centro de cartografia aplicada (CIGA) da Universidade de Brasília informa ter catalogado 2.228 comunidades quilombolas, que abrigam uma população de 2,5 milhões de pessoas. Todas essas comunidades constituem centros de resistência da cultura negra na diáspora.

Cruzando o Brasil do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, passando pelo centro, encontraremos por toda parte diversas marcas da resistência, como ilustrado pelo candomblé da Bahia, o batuque do Rio Grande do Sul, o xangô de Pernambuco, os congados de Minas Gerais, o bumba-meu-boi de Maranhão, o maculelê de Recife, o jongo de São Paulo e outras numerosas manifestações musicais, culinárias, esportivas, etc.

Somadas, todas essas manifestações culturais constituem uma das matrizes fundantes da cultura nacional que deveria fazer parte da educação brasileira, no que diz respeito à formação do cidadão. Aqui se coloca justamente o problema: por que essa cultura da diáspora negra não ocupa uma posição igual às heranças europeias no sistema do ensino nacional? Ora, não se educa um cidadão sem inculcar-lhe uma consciência crítica das raízes culturais que contribuíram na formação de sua nacionalidade. A cultura negra no Brasil, apesar de estar presente no cotidiano de todos os brasileiros, não faz parte integrante do sistema educacional brasileiro que sempre foi eurocêntrico. Graças às reivindicações das entidades e organizações do Movimento Negro, o Brasil oficial promulgou as leis 10.639 e 11.645, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africanas, da história e cultura do negro no Brasil e dos povos indígenas no ensino fundamental e médio.

Relações entre a África e o Brasil na contemporaneidade

Quando começou a colonização oficial dos países africanos pelas potências coloniais ocidentais (Grã-Bretanha, França, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália), depois da conferência de Berlim (1884-1885), se passaram apenas três anos até o Brasil

abolir a escravatura em 1888. Ele (o Brasil) deixou de ter contatos diretos com a África, apesar de ter sido o último país a abandonar o tráfico e a escravidão. Impossível imaginar outras formas de relações diretas entre o Brasil e regiões africanas sob o domínio colonial ocidental. Teria sido, talvez, com a Libéria e a Etiópia, únicos países independentes da África negra nessa época. De qualquer modo, durante o regime colonial e a colonização, o Brasil se afastou totalmente da África. Essa falta de contatos diretos mudou total e completamente a visão que o Brasil e os brasileiros teriam tido sobre a África. O novo Brasil que não participou do tráfico começou a ver a África somente através do olhar ocidental estereotipado e racializado, veiculado pela historiografia colonial ocidental, olhar esse que persiste até hoje no imaginário coletivo e nas representações da África pela maioria dos brasileiros. Entre eles os descendentes de africanos não politizados e conscientizados sobre as representações enviesadas da África na ideologia ocidental.

A partir da descolonização e da libertação dos países africanos do jugo colonial, o Brasil começa a retomar os contatos diretos com a África. Esses contatos que começam paulatinamente no plano da diplomacia pela abertura de representações diplomáticas africanas no Brasil e vice-versa das representações diplomáticas brasileiras na África irão se estender timidamente às relações econômico-comerciais, principalmente a partir dos anos 1960.

Tudo começou com o pioneirismo do então presidente Jânio Quadros, que em dezembro de 1960, cria a primeira missão diplomática brasileira em Acra, capital de Gana, que foi o primeiro país da África subsaariana a se libertar do jugo colonial britânico, em 1957. O diplomata Raimundo de Souza Dantas, um negro, foi então nomeado pelo presidente Jânio Quadros para chefiar a primeira missão diplomática brasileira permanente (Souza, Dantas Raymundo, 1982).

Críticas positivas e negativas se bateram sobre a iniciativa de Jânio Quadros. Ele foi ora lisonjeado por ter imprimido na diplomacia africana a verdadeira vocação africana da diplomacia brasileira, ora dilacerada por ter intenções subimperialistas e oportunistas. Não entraremos na análise dessas críticas no presente texto.

Com a independência tardia dos países africanos de colonização portuguesa (Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) (1973-1975), o Brasil

entra numa nova fase de suas relações com a África baseadas no parentesco linguístico com esses países recém-independentes colonizados pela mesma potência ocidental que colonizou o Brasil. Aliás, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente a independência de Angola antes mesmo de muitos países do mundo. Esse reconhecimento se fez no contexto da Guerra Fria caracterizado pela divisão bipolar do mundo entre o bloco socialista, liderado pela União Soviética, e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Sendo a independência de Angola sustentada militarmente pelo apoio da União Soviética e da Cuba, o Brasil ainda sob o regime militar não se intimidou em reconhecer a independência de Angola antes de muitos países do bloco capitalista.

As contribuições histórico-culturais que os países da África deram ao Brasil estão presentes em todos os discursos, antigos e novos. Elas são evocadas para dar legitimidade histórica, quase “natural” das relações África-Brasil a serem construídas. Eu creio que essas relações poderiam, se forem positivamente reinterpretadas e reaproveitadas, servir de base no ponto de partida. Creio que os dirigentes brasileiros de hoje entendem a necessidade de construir novas relações com os países africanos divorciadas das relações coloniais caracterizadas pelo tráfico e pela escravidão.

Neste sentido, entende-se o gesto do Presidente Fernando Henrique Cardoso em perdoar parte da dívida externa do Moçambique com o Brasil quando aquele país africano foi flagelado pelas enchentes anos atrás. Entende-se também porque o Presidente Lula intensifica como nunca foi feito antes o esforço de aproximação do Brasil com os diversos países da África subsaariana, através de relações diplomáticas diferenciadas da diplomacia ocidental.

O Brasil, como os demais países do mundo globalizado, tem todos os direitos de buscar novos mercados para vender seus produtos manufaturados, comprar matérias primas de outros países, oferecer serviços e produtos de sua tecnologia. Devemos considerar isso como “normal” e deixar de ver na nova aproximação do Brasil com a África um novo imperialismo ou um simples oportunismo de mercado, sem solidariedade. É do interesse dos próprios países africanos ter novos parceiros comerciais num contexto multilateral para se libertar das relações bilaterais com as antigas metrópoles colonialistas que continuam a alienar suas soberanias.

Não existem relações comerciais ou outras formas de cooperação ou de intercâmbio divorciadas dos interesses. Os interesses existem de ambos os lados, tanto do Brasil como dos países africanos, mas se misturam com os sentimentos de solidariedade e de respeito mútuo. No entanto, apesar dos interesses, vejo teoricamente uma certa diferença de comportamento nas relações diplomáticas entre o Brasil atual e os países africanos. Hipoteticamente, pelo fato de o Brasil não ter sido um país colonizador na África (pelo contrário, ele foi colonizado pela mesma potência que colonizou Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), ele não entraria na África para vender ou para comprar munido do complexo de superioridade e da prepotência do ex-colonizador. Do mesmo modo, os países africanos não deveriam sofrer o complexo do ex-colonizados em sua maneira de tratar com os parceiros comerciais brasileiros. Coloca-se aqui uma questão que tem a ver com as mentalidades coletivas ou com a psicologia do relacionamento entre os colonizadores de ontem e os descolonizados de hoje. Pode acontecer que um cooperante ou comerciante brasileiro vá à África com cabeça imbuída do complexo de superioridade “branca” que faz parte do racismo à brasileira, mas pela minha experiência, os africanos continuam a olhar diferentemente os brasileiros, até porque muitos não sabem que existe racismo no Brasil, graças ao chamado mito de democracia racial brasileira que foi além das fronteiras nacionais. Os laços histórico-culturais podem também produzir uma certa flexibilidade na comunicação humana, nessas relações interessadas.

Apesar da força financeira que acompanha a penetração maciça dos chineses na África e do sucesso obtido nesta nova fase das relações internacionais entre a China e o continente africano, creio que o brasileiro no lugar do chinês teria mais aproximação humana e mais capacidade de comunicação graças aos laços histórico-culturais referidos.

Numa das viagens do Presidente Lula à África, assistimos pela televisão à recepção oferecida para a comitiva brasileira num dos países africanos, Camarões, onde aparecem os então ministros da Cultura, Gilberto Gil e das Relações Exteriores, Celso Amorim, trajados em túnicas africanas e dançando com gosto estampado no rosto ao ritmo musical local. Ambos pareciam totalmente à vontade e tinham a jinga no corpo. Os racistas diriam que o ministro Gil tem o ritmo no “sangue”, no entanto o ministro Amorim também tinha o ritmo

apesar do seu “sangue” aparentemente “branco”. A mim me surpreenderia ver um ministro das Relações Exteriores das antigas metrópoles colonizadores dançando publicamente com gosto e ritmo aquela música africana como o ministro Celso Amorim. Isto me levaria a crer que a diplomacia brasileira atual na África é diferenciada e feita com coração e não apenas com interesse e racionalidade.

Creio que há duas maneiras de oferecer esmola, embora não se trate disso: uma humana, que respeita a condição humana do mendigo, e outra desumana, humilhante que não vê o mendigo como ser humano digno de consideração e respeito. Pode ser apenas intuição ou ingenuidade da minha parte, mas continuo a acreditar que na aproximação com a África no governo Lula, existiu uma certa solidariedade que ultrapassa os interesses econômicos e comerciais, que são reais e verdadeiros.

Gostaria de contar um episódio de 34 anos atrás, no qual fui envolvido. Em 1983, fui entrevistado por um jornalista do Folha de S. Paulo, cujo nome não me lembro mais. A matéria foi publicada no Caderno Folhetim que circulava aos domingos, junto com a entrevista do então ministro das relações exteriores do Brasil, o Sr. Saraiva Guerreiro, sobre o mesmo assunto. Essa matéria, com minha fotografia estampada ao lado da fotografia do ministro Guerreiro, tendo como título “O Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Professor da USP, Kabengele Munanga, falam das relações Brasil-África” me deu uma notoriedade que na realidade não tinha, pois era apenas um jovem doutor no início de carreira na USP. No dia seguinte, me liga um ilustre desconhecido que queria conversar comigo sobre o conteúdo da entrevista. Marcamos o encontro às 10:00 horas do dia seguinte na minha sala da Diretoria do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Esse senhor que aparentava aos 70 anos chegou já bravo na minha sala. Apresentou-se em Francês impecável como Professor de Economia e de Relações Internacionais nas universidades Charles de Gaulle em Paris e de Jerusalém, em Israel. Disse-me que não gostou nada da minha entrevista, porque o Brasil nada tem a oferecer aos países africanos, a não ser uma tecnologia inferior à dos países ocidentais e produtos manufaturados de péssima qualidade. Finalizou sem me deixar nenhum espaço de resposta ou de diálogo, que eu não deveria mais repetir o conteúdo da minha entrevista. Fiquei assustado e amedrontado na minha situação do fugitivo do regime do ditador *Mobutu Sesse*

Seku, diante de um desconhecido que parecia possuir algumas informações sobre mim.

Mas hoje repetiria as mesmas coisas que disse naquela entrevista de 34 anos atrás, pois continuo a acreditar que o Brasil tem condições para estabelecer relações de comércio e de cooperação diferenciadas com os países africanos. Essas relações diferenciadas seriam fundamentadas como já disse no cimento histórico-cultural; nas características do ecossistema brasileiro semelhante ao africano em termo do solo, do subsolo, da fauna e da flora a partir dos quais o Brasil desenvolveu e desenvolve pesquisas científicas, técnicas agrícolas e inovações no domínio da mineralogia e da agropecuária que seriam muito bem absorvidas pelos países africanos em nome dessas semelhanças. Também em nome dessas aproximações dos ecossistemas, as pesquisas realizadas na farmacopeia da flora brasileira podem muito bem, no contexto da cooperação técnico-científica, ser mais bem aproveitadas pelos países africanos do que as pesquisas feitas nos países do hemisfério norte, cujo ecossistema é completamente diferente. As mesmas considerações se aplicariam aos domínios da Medicina e Saúde Pública, pois o Brasil, sendo um país tropical, lida com algumas doenças tropicais e alguns problemas de Saúde Pública semelhantes aos países africanos e sobre os quais tem pesquisas avançadas que poderiam ser facilmente capitalizadas pelos países africanos. Podemos alargar a lista, incluindo a geologia e outras realizações técnicas e tecnológicas adaptadas aos países do hemisfério sul. Os progressos hoje realizados pelo Brasil nas campanhas preventivas contra AIDS são mundialmente reconhecidos entre os bem-sucedidos e poderiam, se forem minimamente enriquecidas de informações sobre as culturas africanas, dar melhores resultados na África do que as campanhas provindas dos países culturalmente muito diferentes.

As questões internas brasileiras, no que diz respeito às desigualdades raciais das quais os negros são as maiores vítimas, poderiam prejudicar as relações internacionais África-Brasil? A curto termo não creio que isto possa acontecer, até porque o mito de democracia racial brasileira é tão forte nos países africanos através das imagens de futebol, carnaval, samba e das personalidades míticas como Pelé que a maioria dos povos africanos, até dirigentes e intelectuais não têm uma consciência esclarecida sobre o racismo à brasileira. Mesmo se soubessem, não tomariam nenhuma atitude que possa prejudicar as relações com o Brasil por causa da fragilidade política dos países africanos individual e

coletivamente. Qual deles já ousou criticar os Estados Unidos? Durante o *Apartheid*, alguns países africanos como o Ex-Zaire de Mobutu Sesse Seku comercializavam tranquilamente com a África do Sul! Alguns poderão até recorrer à ideologia de não ingerência nos assuntos internos do Brasil.

Mas de qualquer modo, coloca-se ao Brasil uma questão que, antes de ser de direitos humanos, é uma questão moral. Como socorrer a África de fora e fechar olhos à África de dentro que lhe deu sangue e cultura, que contribui para a formação do seu povo, de sua economia e de sua identidade? São ainda numerosos os brasileiros presos ao mito de democracia racial. Um livro recente de Ali Kamel, *Não Somos Racistas* (Editora Nova Fronteira, 2006), é uma ilustração da força inercial do mito de democracia racial. Com certeza, não é o caso dos responsáveis do Instituto Rio Branco e do próprio ministério das Relações Exteriores do Brasil, que vêm limpando o caminho para que os alunos negros possam ingressar naquele instituto através da instituição de uma bolsa de estudo que ajudam nos estudos preparatórios ao concurso de ingresso no Instituto Rio Branco. Raimundo Souza Dantas foi o primeiro Embaixador Negro na história do Brasil. Quase meio século depois dele, conta-se nos cinco dedos da mão o número dos embaixadores negros brasileiros.

Uma outra questão que se coloca com acuidade é de conhecimento mútuo entre brasileiros e africanos. Como estabelecer relações diplomáticas e de cooperação com países que o Brasil não conhece ou mal conhece através da imprensa ocidental? Daí a necessidade de desenvolver no Brasil os estudos sobre a África, principalmente a África subsaariana de onde foram deportados os antepassados dos afrodescendentes.

Os estudos sobre a África subsaariana no Brasil nascem de dois contextos diferentes, embora historicamente aparentados. No primeiro, que podemos situar entre 1900 e 1960, seu nascimento está relacionado aos estudos afro-brasileiros. Neste contexto a África serve como pano de fundo cultural para captar os fenômenos de continuidade e de inovação das culturas africanas no Brasil e para interpretar os fenômenos de sua resistência e de seus aportes no país. “No segundo contexto, que começa nas décadas de 60 e se prolonga até hoje, esses estudos ressurgem no quadro da solidariedade dos países do chamado Terceiro Mundo” (MUNANGA, 1977).

Se no primeiro contexto esses estudos dependeram do interesse e esforço individual de alguns pesquisadores, no segundo eles têm uma origem institucional. Esta última fase recebeu o reforço das críticas dirigidas nas duas últimas décadas contra o modelo de desenvolvimento centrado nas relações Norte-Sul e conseqüentemente pela necessidade de criar novas alternativas de desenvolvimento que privilegiassem as relações Sul-Sul. Visto sob este ângulo, a necessidade de cooperação cultural, técnica e científica, os interesses de intercâmbio econômicos e comerciais obrigaram para que esses países pudessem se conhecer melhor, daí a importância dos estudos sobre a África até então abandonada à curiosidade de alguns estudiosos. Evidentemente, na retórica oficial, a importância de conhecer a África subsaariana era justificada pela necessidade de reforçar os laços de parentesco histórico resultantes da escravidão e da colonização que marcaram os mundos ditos latino-americanos e africanos.

Um outro reforço a esses estudos nas duas últimas décadas é de ordem ideológico-política. Com efeito, os afro-latino-americanos atravessam uma fase de renascença cultural caracterizada pelo fenômeno de reconstrução de sua identidade cultural e “racial”. Ora, esta não pode ser resgatada sem efetuar um retorno simbólico à África. Retorno esse que exige concretamente um conhecimento científico da África na sua complexidade histórica, religiosa, política, econômica, social, etc. Sendo esse conhecimento minimizado no Brasil, comparativamente aos estudos sobre a Europa, Ásia e as sociedades indígenas. As jovens gerações dos afrodescendentes politicamente mobilizados exercem uma pressão sobre os responsáveis do Brasil para que a África seja ensinada nas escolas no mesmo pé de igualdade. Essa reivindicação encontra um apoio forte na voz de alguns estudiosos que pensam que não se pode entender o Brasil a partir de uma leitura discriminatória, isto é, aquela que privilegia apenas as contribuições ocidentais ao detrimento das contribuições africanas e indígenas. Todas essas vozes reforçam a necessidade de uma nova abordagem epistemológica da África que rompe com as ideias preconcebidas recebidas da herança intelectual colonialista. É no âmbito desta aproximação que vejo a importância da Universidade de Integração Luso-Afro Brasileira (UNILAB) cuja sede central foi fixada em Redenção, pequena cidade no sertão do Ceará que, segundo dizem, foi a primeira a abolir a escravatura.

Grosso modo, a percepção das relações África-Brasil nos discursos políticos brasileiros foi dominada por duas posições extremadas opostas, uma pessimista e outra otimista. Os pessimistas pregavam o afastamento do Brasil da África arcaica que nada teria para oferecer ao Brasil no seu processo de expansão econômica e insistiam para se aproximar cada vez mais dos parceiros tradicionais ocidentais em suas relações econômicas e comerciais. Esse afastamento se reforça efetivamente na década de 1990, quando o chamado afro-pessimismo tão protelado na imprensa capitalista internacional levava a política exterior do Brasil a esquecer a África, cuja obliteração nas universidades, no parlamento e nos setores empresariais do país surtiu efeitos. A África não serviria mais aos grandes desenhos do novo lugar que o Brasil fazia de si no mundo, pensavam. O governo brasileiro assistiu passivamente à marginalização à qual foi condenado o continente africano na década passada, mesmo quando países ocidentais (americanos e europeus) que, aliás, nunca se desgrudaram da África mantinham bases de conhecimento e interesses naquele continente (SARAIVA, 2004).

Os otimistas com diferentes tendências passando ora pelo romantismo daqueles que querem “ressuscitar” no Brasil o jardim de Éden que jamais existiu na história da África, ora pelos que veem no continente africano apenas as matérias primas como, por exemplo, o petróleo que serviria no projeto desenvolvimentista brasileiro. Há ainda aqueles que queriam, como no projeto do Governo Jânio Quadros nos anos 60, se aproximar da África para transformar o Brasil numa “ponte” entre a Europa e a África, o ziguezague nas posições do Brasil nas comissões de verificação da ONU na África. A competição dos produtos africanos e brasileiros no mercado internacional do café e do cacau, entre outros registros, esboçaram, mesmo de forma atabalhoada, uma certa vontade política de conversar com a África. Mesmo com o advento do regime militar, este não excluiu a África de acordo com seus interesses estratégicos no Atlântico Sul. Com a crise energética, o petróleo do Golfo da Nigéria e de Angola começou a pesar na crescente vulnerabilidade externa do modelo nacional de desenvolvimento brasileiro. Os desafios de reinserção internacional do Brasil em um mundo confuso ameaçavam os avanços de uma posição de busca de autonomia do país nos espaços do poder internacional. Daí o reconhecimento do governo de Angola quando este era apoiado pelos soviéticos, colocando os interesses do

Estado na frente do alinhamento ideológico. Esboçavam no Brasil um lugar na nova partilha africana? Estava atrás dessa posição a afirmação da ideia de que o Brasil tinha uma política global e universalista independente, capaz de desafiar certos interesses norte-americanos na região. O Brasil ensaiava na África um programa de ação que envolvia empreiteiras, estatais e uma diplomacia empresarial e cultural que contrariava o imperialismo europeu e norte-americano no continente (SOMBRA SARAIVA, 2004).

Com o advento do Governo Lula, a política africana do Brasil tenta se redefinir a partir de novos parâmetros. Sem abrir mão dos interesses que movem todas as economias do mundo globalizado, o governo Lula tentou alargar o campo de aproximação além dos interesses econômicos e estratégicos. Queria evitar a redução dessa aproximação a apoios automáticos dos países africanos à ambição brasileira à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa nova política de reencontro com a África exige coragem para o Brasil romper com o assistencialismo internacional disfarçado nos mecanismos da chamada cooperação bilateral que atava os países africanos às antigas metrópoles colonizadoras, para uma nova política baseada no princípio de solidariedade entre povos, capaz de contribuir no processo de desenvolvimento da África. A retórica culturalista fundamentada na contribuição cultural da África na identidade brasileira ou na africanidade brasileira é considerada como insuficiente. Dê-se conta de que os africanos não querem apenas se contentar desse passado histórico e cultural que os liga ao Brasil; não querem receber do Brasil apenas o perdão histórico pela escravidão, mas querem sim, nesse reencontro com o Brasil, falar do futuro, das possibilidades que o Brasil lhes ofereceria como contribuição a seu processo de desenvolvimento sustentável.

Essa nova abordagem das relações Brasil-África veio à tona nos debates em torno do Fórum Brasil-África. Política, Cooperação e Comércio que reuniu em Fortaleza agentes de Governos e representantes da sociedade civil, intelectuais, políticos, diplomatas, etc. do Brasil e dos países africanos, no final de maio de 2003. Questões políticas, sociais, econômico-comerciais, educacionais, culturais, etc. foram reexaminadas e discutidas à luz dos problemas da África contemporânea e das metas do novo milênio desenhadas pela União Africana. Foram inventariadas e diagnosticadas as necessidades e dificuldades de ambos os lados em busca de conciliação entre palavras, gestos e ação.

A título de exemplo, a agricultura foi identificada, de maneira particular, como uma das áreas prioritárias para os governos do Brasil e dos países africanos, com atenção a questões como acesso a mercados e subsídios agrícolas, responsáveis para graves distorções no comércio mundial. Foi ressaltada a necessidade de maior coordenação na elaboração de estratégia comum em foros multilaterais como o OMC, e indicada a possibilidade de se aprofundar a cooperação em ciência e tecnologia, em particular com vista a minorar os efeitos excludentes do avanço tecnológico e tornar as economias brasileiras e africanas mais competitivas (COELHO e SOMBRA SARAIVA, 2004).

No contexto deste projeto de reencontro com a África, o presidente Lula fez três viagens aos países da África Austral, Central, Atlântica e do Norte, em 2003 e 2004 com grande visibilidade na África subsaariana (Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Gabão, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Fez-se acompanhar de uma grande comitiva composta de ministros, empresários e acadêmicos. Essas visitas foram observadas com euforia e reserva. Alguns as consideram como gestos simbólicos para lançar novas relações com os países do Atlântico Sul. Outros observaram as escassas possibilidades do Brasil para intervir num continente flagelado pelas tragédias e atrasado no seu processo de desenvolvimento socioeconômico. Veem na retórica assertiva do governo Lula, no plano internacional carência de meios e capacidade agregada de poder fazer das mudanças e ênfases novas – como o esforço para a África – fatores geradores de mudança objetiva do Brasil no cenário internacional.

Esses constrangimentos, pensam, aprisionariam a política africana do Brasil. Segundo o professor José Flávio Sombra Saraiva, deve-se reconhecer que as visitas presidenciais na África, apesar da continuidade com gestos anteriormente realizados por outros governos, apresentam situações e possibilidades inéditas de reconciliação douradora com a África. Acrescenta ele que “(...) mesmo os observadores menos atentos aos temas internacionais terão anotado certas mudanças na política exterior encetada pelo presidente Lula, com especial lugar dedicado à África.” (SOMBRA SARAIVA, 2004 p. 301)

Algumas intervenções dos debates travados no Fórum de Fortaleza enfatizaram a posição privilegiada ocupada pelos afrodescendentes no processo de revitalização e reformulação da política brasileira para África, para impulsionar o relacionamento bilateral,

não somente em seu caráter cultural, mas também em seus aspectos políticos e econômicos.

“Para aqueles que veem nos gestos africanistas do presidente Lula apenas um apelo populista, a propalar a “africanidade” brasileira, vale recordar que há certo consenso no país em relação à dívida histórica do Brasil em relação à África. A dívida reconhecida não apenas pelo presidente, mas por grande parte da sociedade brasileira, está a demandar uma outra forma de se conseguir política internacional no Brasil. A renovada política para a África necessita ser específica, eminentemente pública e legitimada por **consenso social e político no seio da sociedade brasileira, por intermédio de instituições como o parlamento, as universidades, o grupo afro-brasileiros** (ainda que não apenas eles), as empresas e os atores mais interessados da opinião pública” (SOMBRA SARAIVA, 2004. p.301).

REFERÊNCIAS

CASTRO, Yeda Pessoa de. Falares africanos na Bahia: (Um vocabulário afro-brasileiro). Rio de Janeiro; Academia Brasileira de Letras: Topbooks, 2001.

COELHO, Pedro Motta Pinto; SOMBRA SARAIVA, José Flávio (Orgs). Fórum Brasil-África. Política, Cooperação e comércio. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI): Universidade de Brasília, 2004.

GIRAULT, René. Diplomatie Européenne. Nations et impérialisme 1871-1914. Paris: Armand Colin, 1999.

MOURÃO, Fernando. La présence de la cultura africaine et la dynamique do processus social africain. Communication présentée au 2ème World Black And African Festival of Arts and culture, Lagos/Kaduna, Nigéria, 1977.

MUNANGA, Kabengele. African Studies Outside Africa: Latin America. In: MIDDLETON, John (Editor in Chief). Encyclopedia Of Africa South Of The Sahara. Volume 4. New York: Charles Scribner's Sons, 1997. pp.448-450.

SANTOS, Joel Rufino dos. Alocução, In: Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos, Cândido Mendes. Rio de Janeiro n.6-7, 1982.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. África e Brasil: O Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana no Brasil no Governo Lula. In: COELHO, Pedro Motta Pinto; SOMBRA SARAIVA, José Flávio (Orgs). Fórum Brasil-África. Política, cooperação e comércio. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: Universidade de Brasília, 2004, pp.295-307.

S

SOUZA, Dantas Raymundo. Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 60.
In: Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos, Cândido Mendes, Rio de Janeiro, n.6-7, 1982.

Recebido em: 17/11/2017 Aprovado em: 19/02/2018
--